



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

CONTRATO DE PROGRAMA

CONTRATO Nº 115/2025
DISPENSA ELETRÔNICA 046/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 153/2025

CONTRATO DE PROGRAMA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ E O CISMENPAR, REFERENTE AO PROGRAMA Nº 05, CUJO OBJETO É A AUTORIZAÇÃO DE REPASSE DE PER CAPITA REFERENTE AO ATENDIMENTO DA UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO DE VIDA (USAV) DO SAMU DO POLO B DOS MUNICÍPIOS QUE UTILIZAM OS SERVIÇOS DO SAMU DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA.

O MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Minas Gerais, nº 220, inscrito no CNPJ sob nº 75.457.341/0001-90 neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.969.352-6 SSP/PR e CPF/MF sob nº 520.117.719-00 - **CONTRATANTE** e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA - CISMENPAR**, pessoa jurídica de direito público, com inscrição junto ao CNPJ/MF sob nº.00.445.188/0001-81, estabelecida na Travessa Goiânia nº 152, Centro, CEP: 86.020-120, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, Telefone (43) 3371-0800, neste ato representada pelo seu Presidente, ONÍCIO DE SOUZA, inscrito no CPF nº 023.700.329-52 e RG nº 7.195.223-1, residente e domiciliado à Rua. Santo Amaro nº 233, na cidade de Florestópolis, Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATADO**

CONSIDERANDO que o município contratante faz parte do polo B do Plano de Ação de Urgência e Emergência;

CONSIDERANDO que a USAV de Rolândia/PR - SAMU 192 - atende todos os municípios que compõem o polo B;

CONSIDERANDO que a gestão do SAMU pelo município de Rolândia, decorre das Portaria GM/MS nº 2.026 de 24/08/2011; nº 1.010 de 21/05/2012 e 1851/2023;



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

CONSIDERANDO que a Unidade de Suporte Avançado de Vida (USAV) de Rolândia/PR é financiada com recursos financeiros da União, do Estado do Paraná e Municípios;

CONSIDERANDO que, através do Contrato de Programa nº 0.005 do Cismepar, houve a autorização de repasse do valor *per capita* referente ao atendimento da Unidade de Suporte Avançado de Vida (USAV) do SAMU dos municípios que utilizam a gestão do município de Rolândia;

CONSIDERANDO a aprovação do valor *per capita* na Assembleia de R\$ 0,672;

RESOLVEM as partes celebrar o presente contrato de programa.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

1.1. Aplicam-se ao presente contrato as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 11.107/05 de consórcios públicos, Lei nº 9.897/1995 de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e cláusula 119 a 122 do Contrato de Consórcio CISMEPAR e as demais legislações aplicáveis à espécie.

1.2. O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, IX da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O atendimento à legislação de regulação dos serviços objeto da gestão associada, especialmente no que se refere à fixação, revisão e reajuste das tarifas ou de outros preços públicos e, se necessário, as normas complementares a essa regulação;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO CONTRATUAL.

2.1. Constituí objeto deste Contrato de Programa o pagamento de *per capita* do município contratante, pelos serviços do SAMU - Unidade de Suporte Avançado de Vida (USAV) do município de Rolândia-PR, referente à complementação do custeio a partir da diferença do custo total do serviço e a fiscalização dos faturamentos de cada município utilizante.

2.2. Por meio deste instrumento contratual o município contratante irá realizar o pagamento referente a doze meses do ano de 2025, iniciando em janeiro e finalizando em dezembro.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA *PER CAPTA* E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

3.1. O cálculo do valor per capita será realizado pelo município de Rolândia e apresentado ao CISMEPAR anualmente até maio, para vigência, automaticamente, a partir de janeiro do exercício financeiro subsequente.

3.2. O valor per capita do ano de 2025 apresentados pelo município de Rolândia e aprovado pelo município contratante está demonstrado na tabela abaixo:

ITENS DE CUSTOS	VALORES (R\$)	%
MÃO DE OBRA	3.661.976,76	96,19
Médicos Efetivos	2.270.160,67	59,63
Médicos Credenciados	136.658,65	3,59
Enfermeiros	952.248,45	25,01
Condutores Socorristas	302.908,99	7,96
TRANSPORTE	86.941,32	2,28
Combustível	40.134,83	1,05
Manutenção de Veículo	43.759,54	1,15
Seguro	3.046,95	0,08
OUTROS GASTOS	20.724,00	0,54
Depreciação	20.724,00	0,54
MATERIAIS	37.503,30	0,98
Materiais Médico Hospitalares	25.218,37	0,66
Medicamentos	12.284,93	0,32
TOTAL	3.807.145,38	100

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA - PER CAPITA DO POLO B - USA	VALORES (R\$)
DESPESAS (A)	3.807.145,38
Mão-de-obra	3.661.976,76
Transporte	86.941,32
Outros gastos	20.724,00
Materiais	37.503,30
RECEITAS (B)	1.597.875,25
Repasse da União	946.890,00
Repasse do Estado	650.985,25
TOTAL (C)=(A)-(B)	2.209.270,13
NÚMERO DE HABITANTES DO POLO (D)	273.970
PER CAPITA / ANUAL (E)=(C):(D)	8,064
PER CAPITA / MENSAL (F)=(E):12	0,672



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

3.3. A quota parte de cada município corresponde ao valor per capita dos custos que compartilha multiplicado pelo número de habitantes do município, conforme dados de população divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, referentes ao ano em que ocorreu a despesa:

Município	População	Per Capta	Valor Mensal	Valor Anual
Jaguapitã	15.122	R\$ 0,672	R\$ 10.161,87	R\$ 121.942,49

3.4. O valor per capita mensal será de R\$ 10.161,87 (dez mil cento e sessenta e um reais e oitenta e sete centavos), para o ano de 2025, conforme apresentado na tabela do item 3.2.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES.

4.1 Do contratado.

I – realizar a cobrança mensalmente ao município contratante do valor referente à per capita, conforme tabela do item 3.2;

II - repassar até o mês subsequente, os recursos financeiros pagos pelo município, em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROLÂNDIA, inscrito no CNPJ nº 08.737.323/0001-74;

III - Notificar o município CONTRATANTE quando estiver em inadimplência por mais de 30 (trinta) dias;

IV - Realizar a fiscalização para verificação se o serviço está sendo prestado, conforme cláusula oitava;

4.2 Do contratante.

I - Repassar o recurso ao contratado, conforme valores do item 3.2;

II - Disponibilizar ao contratado quaisquer informações que sejam pertinentes ao recebimento dos recursos;

III - Informar ao CONTRATADO se os serviços estão sendo prestados.

CLÁUSULA QUINTA: DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

5.1. Na prestação de serviços o CISMENPAR deverá:

I. Solicitar o pagamento dos recursos previstos no item 3.2 e repassar os valores ao município de Rolândia;



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

II. Emitir Nota Fiscal para o município referente à per capita do SAMU;

III. A prestação de serviço se dará pela cobrança realizada aos municípios que utilizam os serviços do SAMU do município de Rolândia;

CLAUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.

6.1 O repasse de valores decorrentes deste Contrato correrão à conta do Orçamento do município, sob as dotações orçamentárias abaixo relacionadas, que deverá realizar o repasse:

Órgão	Uni	Fun	Subf	Progr	Projeto Atividade	Descrição	Conta Despesa	Origem	Fonte de Recurso
10	010	10	301	0010	2034	3.3.90.3900	561	1	1000

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EMISSÃO DE NOTAS, PAGAMENTOS E REAJUSTE.

7.1. As notas serão emitidas pelo CONTRATADO e enviadas ao município contratante com o valor mensal deste contrato;

7.2. O pagamento será realizado através de transferência bancária **mensalmente** ao CISMEPAR na conta: 40.148-X, agência: 2755-3, Banco do Brasil S/A;

7.3. Após o recebimento do município, o CISMEPAR realizará o REPASSE ao município de Rolândia por meio de transferência bancária;

7.4. Caso haja despesa de tarifa bancária, o CONTRATANTE deverá ressarcir o CONTRATADO no mês subsequente. Se houver rendimento de aplicação financeira, o respectivo valor poderá ser deduzido;

CLÁUSULA OITAVA- DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

8.1. A fiscalização periódica da execução dos serviços cabe ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO, para a proteção dos direitos e deveres dos usuários do Sistema único de Saúde, nos seguintes termos:

I. O CONTRATANTE comunicará o CONTRATADO quando os serviços do SAMU não forem prestados;

II. O CONTRATADO notificará o município de Rolândia que deverá prestar esclarecimento sobre a irregularidade;



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

III. O CONTRATADO poderá notificar, para esclarecimentos e fiscalização das execuções dos serviços, independente da solicitação do CONTRATANTE;

IV- O CONTRATADO irá fiscalizar o faturamento mensal do município CONTRATANTE, conforme encaminhamento do município de Rolândia;

IV. Será fiscal do CONTRATANTE a RENATA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA, nomeada pela Portaria nº 521/2025.

CLÁUSULA NONA: OS CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓRMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

9.1. A qualidade do serviço prestado será avaliada mediante opinião solicitada ao contratante;

9.2. As solicitações de opinião serão realizadas com a periodicidade a cada 12 (doze) meses e serão encaminhadas ao município de Rolândia, incluindo a qualidade de serviço prestado e a qualidade dos veículos utilizados;

9.3. Para os indicadores considerados insuficientes ao CONTRATANTE, o CISMEPAR solicitará que o município de Rolândia apresente em até 30 (trinta) dias após o recebimento do encaminhamento de opiniões um Plano de Melhorias.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO PRAZO.

10.1. O presente Contrato terá vigência a partir de 06 de agosto de 2025 até 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO.

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido pelos seguintes motivos:

- a) – Interrupção dos serviços por exclusiva responsabilidade do município de Rolândia, desde que aceita pelo CISMEPAR;
- b) - Pelo cancelamento do Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS.

12.1. Este contrato está vinculado de forma total e plena ao processo de que lhe deu causa e os casos omissos serão dirimidos nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Complementar nº 141/2012 e Lei nº 11.107/2005.

12.2. O Contrato poderá ser alterado por meio de Aditivo, exceto para prorrogação do prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PROTEÇÃO DE DADOS



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

13.1. As partes declaram-se cientes de que a execução do objeto deste Contrato poderá envolver o tratamento de dados pessoais, e se obrigam a cumprir e fazer cumprir integralmente as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n.º 13.709/2018) e da Lei do Marco Civil da Internet no Brasil (Lei Federal n.º 12.965/2014), relativamente a todos os dados pessoais, sensíveis ou não (doravante denominados simplesmente “dados pessoais” ou “dados”), a que, em decorrência deste Contrato, tiver acesso, com o objetivo de preservar a privacidade, a autodeterminação informativa, a intimidade, a honra e a imagem do titular dos dados.

13.2. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais do representante da CONTRATADA, tais como nome completo, número do CPF, RG, endereço residencial e/ou comercial e assinatura.

12.3. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE, ressalvado a exigência da publicidade na administração pública direta e indireta, nos termos do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO.

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Londrina/PR para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato que não possam ser resolvidas administrativamente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Londrina, 06 de agosto de 2025

EDISON RODRIGUES DE
ALMEIDA:52011771900

Assinado de forma digital por
EDISON RODRIGUES DE
ALMEIDA:52011771900
Dados: 2025.08.06 11:55:47 -03'00'

**EDISON RODRIGUES DE
ALMEIDA**
Prefeito do MUNICÍPIO



**Presidente
CISMEPAR**

Testemunhas:

DIEGO AUGUSTO
BUFFALO
GOMES:03930138980

Assinado de forma digital por
DIEGO AUGUSTO BUFFALO
GOMES:03930138980
Dados: 2025.08.08 14:47:08 -03'00'